



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE PLANALTINA

ISABEL CRISTINE DA FONSECA ROSA

TURISMO RURAL ACESSÍVEL NA REGIÃO DE SOBRADINHO D.F.

PLANALTINA – DF

2016

ISABEL CRISTINE DA FONSECA ROSA

TURISMO RURAL ACESSÍVEL NA RIGIÃO DE SOBRADINHO D.F.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Gestão do Agronegócio, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Gestão do Agronegócio.

Orientador(a): Prof. Dra. Donária Coelho Duarte

Planaltina – DF

2016

Poema dedicado à deficiência

Deficiente, é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive, sem ter consciência de que é dono do seu destino.

Louco, é quem não procura ser feliz com o que possui.

Cego, é aquele que não vê seu próximo morrer de frio, de fome, de miséria, e só têm olhos para os seus míseros problemas e pequenas dores.

Surdo, é aquele que não tem tempo de ouvir um desabafo de um amigo, ou o apelo de um irmão. Pois está sempre apressado para o trabalho e quer garantir seus tostões no fim do mês.

Mudo, é aquele que não consegue falar o que sente e se esconde por trás da máscara da hipocrisia.

Paralítico, é quem não consegue andar na direção daqueles que precisam de sua ajuda.

Diabético, é quem não consegue ser doce.

Anão, é quem não sabe deixar o amor crescer.

E, finalmente, a pior das deficiências é ser *Miserável*, pois "*MISERÁVEIS*" são todos que não conseguem enxergar a grandeza de Deus.

Amizade, é um amor que nunca morre.

Mário Quintana

Agradecimentos

Agradeço a Deus pela vida, sabedoria e capacitação, sem as quais não seria possível o alcance desta e de outras conquistas.

Manifesto minha extrema gratidão a meu esposo Samuel Lemos Rosa, pelo amor, apoio, suporte e encorajamento nos momentos difíceis.

A minha mãezinha querida Josefa Maria de Carvalho, que sempre se dedicou, me amou e acreditou em mim.

A meus filhos Raquel Rosa e Daniel Rosa que compreenderam a minha ausência.

A minha querida professora e orientadora Doutora Donária Coelho Duarte, por sua dedicação, compreensão, tempo e paciência disponibilizadas durante todo o processo de elaboração deste trabalho.

A todos os professores da FUP, que contribuíram para minha formação acadêmica.

A meus amigos queridos que caminharam comigo durante todo esse tempo Amo vocês.

Resumo

Este trabalho reflete sobre a relação do turismo rural na região administrativa de Sobradinho D.F. sua acessibilidade e seu potencial econômico e sua inclusão social. Como as Pessoas Deficientes ou com Mobilidade Reduzida são acolhidas nesses estabelecimentos. Ressalta-se que as Pessoas Deficientes ou com Mobilidade Reduzidas é um segmento em crescimento, mas é necessário que os estabelecimentos ofereçam uma infraestrutura adequada às suas necessidades. Portanto, procurou-se realizar uma discussão teórica com diversos autores sobre os temas turismo, hospitalidade, turismo rural e turismo rural acessível, bem como, a realização de uma pesquisa de caráter qualitativo, exploratório e descritiva com o objetivo de descrever as características dos estabelecimentos rurais, localizados na Rota do Cavalo. Nas conclusões, foram pautadas algumas sugestões como a conscientização dos empreendedores a respeito da acessibilidade e a fiscalização de ações voltadas a inclusão social. Visando-se a melhoria da acessibilidade no turismo rural na região de Sobradinho. Aconselha-se ainda o aprofundamento das pesquisas sobre o tema, de modo a favorecer o conhecimento e a qualidade da acessibilidade, para que o turismo rural seja um potencializador de inclusão social.

Palavras-chave

Turismo rural, Acessibilidade, Rota do Cavalo, Sobradinho- DF

Sumário

1	INTRODUÇÃO	1
2	OBJETIVOS.....	3
3	JUSTIFICATIVA	3
4	REFERENCIAL TEÓRICO.....	5
4.1	CONCEITO DE TURISMO E HOSPITALIDADE	5
4.2	TURISMO RURAL.....	11
4.3	TURISMO ACESSÍVEL	14
5	METODOLOGIA	19
6	CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO	20
7	ANALISE DE DADOS.....	23
7.1	CARACTERIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS E DOS RESPONDENTES PESQUISADOS	23
7.2	ADAPTAÇÃO DO ESTABELECIMENTO TURÍSTICO.....	24
7.3	DIVULGAÇÃO DA ADAPTAÇÃO DO ESTABELECIMENTO TURÍSTICO.....	29
7.4	PDMRs COMO SEGMENTO DE MERCADO/CLIENTE EM POTENCIAL	29
8	CONCLUSÃO.....	33
	REFERÊNCIAS	37
	APÊNDICE:.....	42

1 INTRODUÇÃO

A dinâmica da vida é transformadora e continua, no início o ser humano tinha que se deslocar de um lugar para outro de tempos em tempos para sobreviver, pois se alimentava do que caçava, pescava e dos frutos que colhia da natureza. Com o decorrer dos tempos o homem foi se desenvolvendo e veio o que chamamos da primeira revolução, onde o homem se fixou numa região e começou a plantar e colher. Daí por diante, as mudanças nos hábitos alimentares e na forma de produzir os alimentos prossegue de forma ávida.

Por meio de tantas transformações e evoluções tecnológicas, principalmente nas últimas décadas, o ambiente rural vem sofrendo intensas mudanças e tem se favorecido em termos de produtividade, qualidade, produção em escala, entre outros. Mas esse desenvolvimento tecnológico trouxe também questões desfavoráveis às famílias que vivem no campo como a redução de horas trabalhadas nas atividades agrícolas e conseqüentemente, houve uma drástica diminuição na utilização de mão de obra. Desta forma, as famílias começaram a sofrer com uma renda minguada, que não supri suas necessidades básicas e impulsiona o êxodo rural.

Diante dessa nova realidade, os agricultores começaram a buscar novas alternativas de renda, seja agrícola e não agrícola para complementar a renda familiar, o que deu origem a pluriatividade rural. Em conformidade com Graziano da Silva e Del Grossi (2002), a pluriatividade incorpora os conceitos de diversificação produtiva e de agricultura em tempo parcial, sendo consideradas todas as atividades exercidas por todos os membros do domicílio, inclusive as ocupações por conta própria, o trabalho assalariado e não assalariado, realizado dentro e/ou fora das explorações agropecuárias. Essas atividades estão relacionadas, a qualquer ramo de atividade e uma delas é o turismo rural que é uma nova oportunidade de utilização do espaço rural, integrando a produção agropecuária tradicional com a prestação de um novo serviço por meio do lazer e da cultural, cooperando assim, para o aumento da renda familiar e para a permanência do homem no campo.

O turismo, de forma geral, é um segmento em expansão que contribui para o desenvolvimento econômico e social da nação. Para Campos e Marodin

(2013), o serviço turístico abarca vários setores da economia como o transporte, a alimentação, o lazer, a recreação e a hospedagem. No caso do turismo rural a experiência vivida pelo turista vai além desses serviços, pois envolve questões sensorial e sentimental, onde o indivíduo tem a oportunidade de interagir com a natureza experimentando momentos únicos como tirar leite da vaca, andar a cavalo e a oportunidade de descobrir o outro, pois em muitos casos o turista recebe a hospitalidade do proprietário e se hospeda na própria casa da fazenda.

Por conseguinte, para progredir com a igualdade de direitos e oportunidades, é necessário à preocupação com o outro. Essa preocupação com o próximo pressupõe o acolhimento e, por conseguinte, a acessibilidade. Entende-se que um estabelecimento acessível elimina as barreiras desde o transporte, fornece informações seguras e disponíveis, atividades adequadas com profissionais preparados para atender as necessidades de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (PDMR) e ainda, instalações e mobílias adaptadas, assegurando desta forma, a liberdade de ir e vir a todo e qualquer cidadão, independente de sua condição física.

Diante de tal realidade expansiva do turismo rural em todo o país, este trabalho tem como objetivo identificar a acessibilidade dos estabelecimentos turísticos no espaço rural da região administrativa de Sobradinho no Distrito Federal.

Trata-se de uma cidade satélite, que está localizada a 22 km do centro de Brasília. Como toda região do Distrito Federal, está situada no Planalto Central, tem o cerrado como vegetação, o clima predominante é o tropical sazonal, com estação chuvosa e quente no verão e outra fria e seca no inverno. Sobradinho é conhecida como uma cidade serrana, onde se encontra o ponto mais alto do Distrito Federal, razão pela qual, o arquiteto Oscar Niemayer escolheu para a construção da torre digital de Brasília. Em sua área de demarcação existem muitos rios e riachos, além de cachoeiras de água límpida e gelada para amenizar o calor e a baixa umidade do ar que em algumas épocas do ano pode chegar a menos de 20%. Desse modo, a região favorece ao turismo rural, por sua diversidade vegetativa, relevo e hidrografia.

2 OBJETIVOS

Em termos de objetivo geral essa investigação pretende analisar a potencialidade para o turismo rural acessível na região de Sobradinho – D.F.

De uma forma específica pretende-se:

- Analisar o conceito de turismo, hospitalidade e turismo rural acessível;
- Verificar a acessibilidade das instalações dos estabelecimentos com potencial para um turismo rural na região de Sobradinho - DF;
- Ponderar sobre a percepção dos funcionários do estabelecimento em relação à acessibilidade;
- Contribuir para uma melhor divulgação desta temática, destacando a vantagem competitiva das PDMR como clientes em potencial;
- Propor sugestões a respeito de melhorias sobre a acessibilidade nos estabelecimentos.

3 JUSTIFICATIVA

A preocupação com a igualdade e a inclusão social foram os principais motivadores para este trabalho. A inclusão social visa o acesso às atividades comuns e a inclusão de todas as pessoas, não apenas de um grupo. Como confirmação da importância da acessibilidade os dados do Censo Demográfico Brasileiro de 2010 do IBGE, revelou que cerca de 23,9% da população total brasileira apresentam algum tipo de necessidade especial ou deficiência (BRASIL, 2010). Essas pessoas podem ser idosos, deficientes físicos, deficientes mentais, obesos ou qualquer incapacidade física.

As pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida buscam um tratamento análogo às demais pessoas e querem usufruir de serviços que lhes proporcionam lazer e novas experiências, assim como as atividades turísticas rurais, e para tanto, só precisam que sejam observadas algumas adaptações que possam garantir a acessibilidade e a mobilidade individual.

A acessibilidade diz respeito a locais, produtos, serviços ou informações disponíveis ao maior número e variedade possível de pessoas, independentemente de suas capacidades físico-motoras e perceptivas, culturais e sociais. (BRASIL, 2005). A presença de barreiras afeta a qualidade dos serviços prestados e conseqüentemente a qualidade de vida das pessoas com necessidades especiais.

A autora ressalta ainda que está previsto na Constituição Federal a cidadania, a dignidade da pessoa humana, a igualdade de todos perante a lei, a garantia de benesses sócias do acesso ao lazer, à cultura, à educação e outros. Todas essas coisas devem ser observadas e garantidas em todos os setores e o turismo rural acessível é uma das formas de inclusão a qualquer cidadão.

Similarmente relevante para este trabalho é a potencialidade competitiva do turismo rural. Como acadêmica de Gestão do Agronegócio é importante salientar que muito se tem discutido recentemente sobre as várias formas de utilização do espaço rural, entre elas o turismo rural acessível.

Neste sentido, o turismo rural acessível tem oferecido contribuições socioeconômicas para o desenvolvimento das áreas rurais, visando o empreendedorismo rural, mantendo o emprego rural, trazendo renda ao meio rural e políticas públicas de desenvolvimento local, o que valoriza e conserva o espaço rural e sua diversidade produtiva e o meio ambiente. Segundo Schneider e Fialho (2000, p.21) “o turismo rural propicia a valorização do ambiente onde está sendo explorado por sua capacidade de destacar a cultura e a diversidade natural de uma região, proporcionando a conservação e manutenção do patrimônio histórico, cultural e natural.”

No entanto, o turismo rural no Brasil não está livre de problemas como apontam Mendonça et al (2002) e entre eles está a falta de planejamento e gestão, baixa capacidade econômica da população e dificuldade de acesso a informações.

Sendo assim, o presente trabalho questiona, portanto, a potencialidade do turismo rural e se há e de que forma ocorre a acessibilidade para as pessoas com necessidades especiais na estruturação da atividade turística rural, na realidade dos empreendimentos turísticos na região Administrativa de Sobradinho DF.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

Com o propósito de observar e analisar a acessibilidade do turismo rural na região de Sobradinho - DF, este trabalho buscou primeiramente embasamento teórico, através de pesquisa bibliográfica do material já elaborado por diversos autores.

Para tanto, esse capítulo inicia-se com uma abordagem sobre turismo e hospitalidade para introduzir o tema foco de estudo, o turismo rural acessível.

4.1 CONCEITO DE TURISMO E HOSPITALIDADE

O setor de serviços tem crescido e um exemplo disso é o setor do turismo, devido à necessidade das pessoas por momentos de descanso e lazer, principalmente para as que vivem nos grandes centros. Essa necessidade atinge a todos os grupos de pessoas independente da condição socioeconômica e principalmente de suas condições físicas.

Neste sentido, as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (PDMR), têm buscado cada vez mais o seu direito a liberdade e principalmente com qualidade, o que inclui o turismo e todas as suas possibilidades, e uma delas é o turismo rural, que se for elaborado de forma hospitaleira e observando as normas legais de acessibilidade pode atender a todas as pessoas de forma inclusiva. O turismo rural acessível é uma possibilidade de melhorar a qualidade de vida, relaxar e recuperar as forças para retomar as atividades rotineiras.

Entretanto, para compreender de forma clara o que é turismo rural acessível, vamos examinar alguns conceitos como turismo, hospitalidade e turismo rural.

Primeiramente, entenderemos o turismo de forma ampla, onde podemos observar com o respaldo de diversos autores, que as atividades turísticas têm expressiva participação no PIB mundial e gera emprego e renda como podemos ver em publicações da área, tanto em âmbito empresarial, quanto em âmbito acadêmico (BENI, 2001; PEARCE, 2002; TRIGO, 2005; CACHO; AZEVEDO, 2010).

O turismo se caracteriza como atividade de integração sociocultural, promovendo o intercâmbio de diferentes culturas e o estreitamento das

relações entre as sociedades, com relevantes contribuições para a geração de renda e emprego. (ZANCAN; DANTAS; CAMPOS, 2015).

Portanto, percebemos que o turismo é uma oportunidade ímpar, imensurável de se conhecer lugares e pessoas com culturas e costumes diferentes dos nossos, pois geralmente nos deslocamos de onde moramos.

Para Melgar (2001), turismo é o conjunto de atividades realizadas por uma pessoa em um lugar diferente daquele onde possui sua residência habitual, quando motivado por razões surgidas livremente por setores econômicos do lugar visitado.

O turismo, além de favorecer o desenvolvimento econômico e social, é principalmente uma forma de descanso e lazer. De acordo com Barbosa (2007), o turismo é uma das opções de lazer existentes, e oferece novas experiências ao turista, que pode se desligar por um momento de seus problemas rotineiros e, assim descansar. Para que haja descanso com qualidade é necessário observar a qualidade das instalações do destino turístico.

Por se tratar de um setor relevante para a economia do país, segundo o Ministério do Turismo (MTur, 2010), a participação do turismo na economia já representa 3,7% do PIB do nosso país.

Para tanto, o Plano Nacional de Turismo 2013-2016, consolida a Política Nacional de Turismo, estabelecendo as diretrizes que devem nortear o desenvolvimento do turismo brasileiro. Diretrizes essas que fortalecem os incentivos à inovação e ao conhecimento a todos os setores envolvidos com o turismo, visando melhorar a qualidade e aumentar a competitividade do turismo brasileiro como as diversas políticas públicas destinadas ao turismo de base local e de preservação das identidades culturais no Brasil. Há diversos casos inovadores que deram certo, como roteiros e festas temáticas, são referências para novas iniciativas de regionalização e de roteirização do turismo.

Estratégias como eventos religiosos tal como o Círio de Nazaré, em Belém, ou eventos esportivos como a Corrida de Fórmula 1, em São Paulo, ou eventos culturais como Festa do Vinho, em Caxias, no Rio Grande do Sul, ou a Festa do morango, em Brazlândia, no Distrito Federal, ou mesmo rotas turísticas, são caminhos que levam o visitante a desfrutar o que tem de melhor

na região visitada, são bem aceitas, pois ajuda a definir o destino mais adequado de acordo com o perfil e as preferências dos turistas.

Os destinos turísticos, conforme Cooper *et al* (2001), são territórios constituídos por ofertas relacionadas ao turismo, e reconhecido pelo mercado com um receptáculo para os turistas, os mesmo têm como componentes fundamentais os recursos ou atrativos turísticos, instalações, serviços, uma rede de infraestrutura e, sobretudo hospedagem e alimentação.

Ainda no mesmo sentido, cabe destacar os atrativos turísticos, pois, devem ser conceituados como aqueles que compõem a oferta turística, considerada agregada e, que estão, em algum ponto, relacionados com a história e a cultura dos lugares, podendo estes serem prédios, igrejas, ruínas arqueológicas, palácios, casas e até mesmo cidades. Há também atrativos específicos para o entretenimento como os parques temáticos e de lazer, locais destinados ao esporte e a recreação (COOPER *et al*, 2001).

Salientando o que já foi discutido, para a EMBRATUR (1992), os atrativos turísticos como uma forma de representação dos lugares, objetos e até mesmo de acontecimentos que geram interesse no visitante, podendo-se acrescentar em tal categoria os hábitos e costumes dos povos, considerados patrimônios imateriais relevantes dentro da atividade turística.

A compreensão do destino turístico, de acordo com Ashton, Tomazzoni, Emmendoerfer (2014), são territórios onde há pessoas que valorizam o turismo como um bem comum e que atuam em prol da perenidade das organizações por meio da capacidade de ofertar bens e serviços turísticos integrados, atendendo as demandas dos turistas com hospitalidade.

Essa preocupação e valorização por parte das pessoas envolvidas e mesmo pelos moradores do local as vantagens competitivas dos destinos turísticos aumentam devido o desenvolvimento do processo de formação de imagem dos destinos turísticos, fazendo do marketing um elemento relevante.

Pesquisadores como Buhalis (2000) já apontavam a necessidade de estratégias de marketing com uma preocupação não somente de stakeholders, mas também com os recursos locais, se preocupando com o ciclo de vida de um destino turístico, e trabalhando sua competitividade numa perspectiva de longo prazo.

Elaborar um destino turístico que satisfaça as necessidades de seu mercado alvo, atendendo as exigências e expectativas de turistas e fornecedores, e acima de tudo, se preocupar com a sustentabilidade do local. O turismo, enquanto atividade econômica, quando não gerenciado de forma efetiva, pode ocasionar impactos negativos para o destino turístico (BUHALIS 2000).

Portanto, os destinos turísticos devem possuir atratividades com infraestrutura de qualidade que permitam receber bem todos os turistas. Essa qualidade dos serviços oferecidos, vão além de estruturas físicas novas e bem cuidado é necessária adequação que respeitem as leis e normas de adaptação, de mobilidade e acessibilidade, contando não somente com instalações, mas também com profissionais bem treinados e preparados para acolher a todos, incluindo os PDMR.

A autora deste trabalho reconhece que, o turista quando se sente bem acolhido, ele tende a voltar e indicar o local a outros, seja entre os amigos ou mesmo nas redes sociais, favorecendo a imagem do estabelecimento, aumentando o fluxo de turistas.

Analisando tais abordagens contata-se que o turismo favorece ao empreendedor que tem, assim, um aumento na sua renda e a valorização do seu empreendimento, gera emprego e distribuição de renda, o que beneficia a população local, acarretando o desenvolvimento econômico e social para região. Além disso, vemos que o turismo produz a preocupação com o outro, pois através do turismo começamos a presenciar a conscientização das necessidades dos outros.

Porém, para que o turismo desempenhe o seu papel no desenvolvimento socioeconômico, é necessário investir na hospitalidade e proporcionar um atendimento diferenciado, voltado a suprir as necessidades de todos que usufruem dos serviços.

Uma vez que, a hospitalidade não pode ser mensurada de forma tangível, uma vez que ela envolve valores empíricos como a capacidade de recepcionar cordialmente ao outro de forma amável, acolhendo a todos com igualdade, independente de suas aptidões físicas. Pois a hospitalidade é a arte de acolher e fazer com que o turista se sinta bem acolhido em sua permanência no local que visita.

Conforme Barbosa (2007), a hospitalidade praticada nos hotéis do país, funciona como um auxílio no desenvolvimento do turismo nacional, favorecendo ao aumento no fluxo de turistas estrangeiros, e até mesmo no fluxo de turistas domésticos.

De acordo com Rocha e Petry (2015), a hospitalidade é uma área do conhecimento que possibilita seu entendimento em diversas dimensões, mas no geral, está vinculada às relações estabelecidas entre os indivíduos, a título de exemplo, entre o hóspede e o anfitrião.

Essa percepção vai além da relação direta dos indivíduos, é a preocupação em preparar o ambiente com antecedência para receber o outro de forma a gerar a sensação de bem estar pelo que é recebido.

Na definição de Severini (2014, p.65) “a sensação de hospitalidade é decorrente de uma somatória de percepções que leva em consideração aspectos físicos, naturais ou subjetivos.” O fato de se sentir acolhido com simpatia, disposição para ajudar, alegria e informações a disposição. A somatória desses adjetivos dá ao turista a sensação de segurança e bem estar enquanto visita o local.

Assim sendo, a hospitalidade vai além do local em que se visita e de onde se hospeda. É um conjunto. Segundo Grinover (2002), hospitalidade é o ato de acolher e prestar serviços a alguém que esteja fora de seu local de domicílio.

É fundamental destacar que hospitalidade é o prazer de bem acolher alguém, e está estruturado no ato de dar e receber, em que o anfitrião busca satisfazer e tornar feliz o hóspede que é a pessoa recebida, e que permite ser agradada e satisfeita por quem o hospeda.

O autor deste trabalho considera que a hospitalidade contribui para o estabelecimento de espaços turísticos mais acessíveis, tornando-os assim, inclusivos e democráticos, onde a liberdade de ir e vir é garantido a todos, respeito e suprimindo a necessidade das PDMR.

Consequentemente, a acessibilidade na cidade a torna mais segura, dando a todos, autonomia e tornando a cidade mais hospitaleira, com calçadas e rampas de acesso, sinalização vertical e horizontal, água tratada, iluminação pública, transporte disponível de qualidade, enfim, uma cidade estruturada de tal forma que supra as necessidades básicas da população, dando aos

cidadãos local a sensação de bem estar. Pois uma cidade boa para se viver também é uma cidade boa para se visitar. E não ao contrário (SEVERINI, 2013).

Quando as pessoas têm uma qualidade de vida onde moram elas são mais contentes e conseqüentemente recebem melhor os seus visitantes. Desse modo, a hospitalidade está na relação estabelecida entre os sujeitos que deseja ser recebido e o que vai receber.

A imagem absorvida por aquele que visita a cidade influencia na qualidade do destino e na opinião positiva ou negativa que o turista vai levar da cidade como um todo (FRANZEN, OLIVEIRA, 2015).

Logo, a hospitalidade é o resultado da troca afetiva e relacional entre os seres humanos. Como vemos no conceito de Santos, Perazzolo e Pereira (2014), a hospitalidade se dá na relação com o outro, qualquer outro, pois todos os outros são estrangeiros ao eu.

Nesse processo, acolhedor e acolhido se distanciam progressivamente de demandas autocentradas e de verdades a priori, ou seja, de seus desejos e preconceitos, voltando-se um para o outro, abertos a novos saberes.

Se compreendemos a “hospitalidade” como gestos de gentileza – que tendem a ser recíprocos – o mesmo acredita que pouco a pouco forma-se uma espécie de corrente do bem. E que se compreendermos a “hospitalidade” como uma ferramenta de trabalho, capaz de potencializar as vendas por meio do bom atendimento e da transparência nas relações comerciais [...] a hospitalidade faz parte de uma compreensão maior, mais ampla, que parece partir de elementos, sentimentos, como o amor e a bondade com nós mesmos. (RIBEIRO; ALMEIDA; 2015, p. 40 apud SILVA, 2015).

O fato do visitante se sentir bem acolhido, faz com que ele volte e em muitos casos indique o local a outras pessoas, principalmente quando se trata de uma pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida que necessita de atenção e acomodações especiais, isso é a melhor propaganda que se tem, pois confiamos na opinião dos que conhecemos. Por outro lado, a hospitalidade favorece a competitividade do mercado turístico e o estabelecimento que passa aos seus hóspedes essa sensação de bem estar e confiança, certamente aumenta o seu fluxo de visitantes.

Camargo (2004) afirma que a hospitalidade é a interação de seres humanos com seres humanos em tempos e espaço planejados para essa

interação, sendo que a hospitalidade não pode ignorar o campo do comércio e vice versa.

Nesse sentido, entende-se que um ambiente planejado, pensado para complementar a necessidades do outro, que tem como foco a mobilidade e a acessibilidade, juntamente com um serviço prestado de forma cordial e amável geram segurança e consequentemente confiança para quem utiliza os serviços e o estabelecimento. Tais fatores agregam, portanto, valor na forma de acolher a diversos públicos e atraindo, assim, novos turistas para utilizarem esses serviços e serem mais competitivos no segmento.

4.2 TURISMO RURAL

O meio rural compreende o espaço que não é urbano, portanto, possui diferentes atividades produtivas, as tradicionais como a agricultura, onde se dá o cultivo de vegetais, hortaliças e frutas e a pecuária que é a criação de animais, sejam de grande ou pequeno porte e outras atividades como cavalgadas, hotel para animais entre outras atividades relacionadas a agropecuária. A apresentação de uma nova configuração como prestador de serviços nas áreas mais diversas como a medicina, estética e também com o turismo. Para Ramalho (2016) o turismo rural é conhecido como uma atividade que ocorre no meio rural, de forma que os proprietários integram o setor à produção, sendo o turismo considerado uma fonte para complementar a renda.

Atualmente o turismo rural tem modificado a configuração da utilização do espaço rural envolvendo a agropecuária com o lazer e descanso no meio rural, onde hotéis fazendas e restaurantes rurais têm levado os seus clientes a desfrutar das paisagens, do silêncio e das atividades do campo. Segundo Azevedo e Rodrigues (2015, p.133), “o turismo rural tem sido promovido pelas esferas públicas e privada como uma possibilidade para ampliar as diferentes funções no espaço rural, na perspectiva de descentralizar a renda e gerar novos empreendimentos.”

Consta nas Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural, que esta atividade seria entendida como: “o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária,

agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (BRASIL, 2004, p.7).

Conforme Elesbão (2007, p. 58), “a visão simplista do rural como agrícola vai ficando totalmente superada, pelo menos como campo de análise, já que novas funções vão sendo consolidadas e incorporadas.”

Tais atividades não necessitam do tempo integral, sendo assim, os produtores podem continuar com suas atividades agrícolas diárias e ao mesmo tempo com o turismo rural.

A utilização do espaço rural com o turismo, tem alavancado o desenvolvimento econômico do mesmo, como é considerado por Veiga (2002), que afirma que a introdução de atividades turísticas possibilitou novas perspectivas aos seus moradores. E corroborando com Elesbão e Souza (2011, p. 17) “o papel do turismo no desenvolvimento rural é basicamente econômico e pode ajudar a manter e melhorar a qualidade de vida das populações rurais se desenvolvido em condições de desenvolvimento sustentável.” Em conformidade com Brandão (2012), acredita que o desenvolvimento resulta de variadas e complexas interações sociais que buscam o alargamento de possibilidades de determinada sociedade. O desenvolvimento vai além do crescimento econômico.

Porém, é importante ressaltar que para se obter um desenvolvimento satisfatório as atividades rurais precisam de planejamento e infraestruturas que vão além da propriedade rural. A participação governamental é imprescindível para contribuir com o desenvolvimento de uma localidade. Segundo Amaral (2016, p.31), “a política, o planejamento e o desenvolvimento sustentável pressupõem que sejam conduzidos dentro de uma estrutura organizacional, conjunta, colaborante e cooperativa, resultante de uma interação mútua entre setor público e o setor privado [...]” O setor privado busca junto ao setor público apoio como a construção de pavimentação asfáltica, programa de apoio ao desenvolvimento local e financiamento, para o fortalecimento do território rural. De acordo com Ramalho (2016, p.229)

O turismo, quando planejado, é de grande valia para os destinos. Entretanto, para que haja o desenvolvimento, é necessária a soma de diversos aspectos, ou seja, ter somente a atividade turística como vetor de desenvolvimento pode ser uma visão muito micro do processo.

Neste cenário, de acordo com Ramalho (2016), o setor de serviços, como o turismo, tem alcançado importante posição na geração de empregos e renda num meio anteriormente exclusivamente agrícola.

O interesse pelo turismo rural intensifica as mudanças no âmbito social, político e econômico. Para Martins e Futemma (2013), o turismo rural, incentiva a melhoria da autoestima dos produtores rurais, valorizando seu estilo de vida, os seus costumes e a própria produção familiar.

Com o intuito de fortalecer a atividade e promover o desenvolvimento em regiões menos favorecidas socioeconomicamente, o governo federal vem implantando políticas e programas de incentivo ao turismo e à agricultura familiar em áreas rurais, favorecendo iniciativas locais e fortalecendo a identidade cultural.

Diante dessa nova configuração do espaço rural, vale ressaltar que a qualificação está correlacionada diretamente com a hospitalidade que por sua vez, está em conexão com a acessibilidade, revelando-se como um dos elementos responsável para o sucesso da atividade turística.

Por mais urbano e desenvolvido que o ser humano seja, a sociedade que temos hoje teve a sua origem no meio rural. Temos um vínculo emocional com o ambiente rural.

Em conformidade com Swarbrooke (2000, p. 15), “as áreas rurais ocupam um lugar especial na cultura do país e na psique de seu povo. Isto não surpreende, já que é o campo que sempre abasteceu a mais básica necessidade humana, o alimento.” Mas o meio rural vai além da produtividade, segundo Elesbão (2007), o rural, além de espaço produtivo, é lugar de vida, de interação social.

Devido a esse vínculo do homem com o campo, o turismo rural é uma escapatória da vida urbana e um refrigerio. Portanto, em conformidade com as Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural, estas atividades seriam entendidas como: “o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (BRASIL, 2010, p.18).

Por fazer parte da nova dinâmica do meio rural, onde atividades não agrícolas é uma parte importante do desenvolvimento econômico. Segundo Blanco (2009), a associação entre turismo e o modo de vida das famílias rurais tem se mostrado como um importante componente estratégico para a melhoria do desenvolvimento local.

O turismo no espaço rural engloba todas essas formas de turismo e se associa aos agricultores familiares de maneira inovadora, valorizando e preservando o patrimônio rural. O produtor rural passa a ser um empreendedor e prestador de serviços turísticos, trabalhando diretamente na conservação do patrimônio ambiental e cultural de sua região. A relevância da atividade do turismo rural em áreas onde há a predominância da agricultura familiar pode ser constatada, à medida em que essa associação reverte em novas oportunidades de trabalho e renda, pois, nesses casos, a economia local é ativada por meio da diversificação de novas formas de trabalho no campo (BLANCO, 2009, p.349).

Portanto, a valorização do espaço rural através do turismo veio para melhorar a qualidade de vida dos agricultores e para contribuir para a sua permanência no campo. Além de ser uma ótima alternativa para quem busca ter uma aproximação com a vida no campo e descanso. Em meio a essa nova forma de se relacionar com o meio ambiente, é necessário que o empreendedor turístico rural se preocupe com a preservação ambiental e ao mesmo tempo, precisa empenhar-se para fazer com que o turista tenha uma experiência única de inclusão social, garantindo que haja acesso aos serviços prestados, visando o bem estar do consumidor e sua mobilidade e acessibilidade a todos os atrativos da propriedade rural.

4.3 TURISMO ACESSÍVEL

A liberdade de locomoção, a igualdade e a dignidade da pessoa humana é um direito garantido a todos os brasileiros independente de sua condição financeira ou física pela Constituição Federal de 1988.

Em conformidade com Duarte, Borda, Moura, Spezia (2015, p. 539),

A questão da inclusão social das pessoas com deficiência é fator fundamental no desenvolvimento do país, uma vez que devem ser garantidos, além dos direitos constitucionais de ir e vir o acesso à informação e à comunicação, níveis mais elevados de qualidade de vida por meio de atividades de lazer e turismo, todos esses são elementos dos direitos humanos e da cidadania.

Para melhor compreensão sobre o turismo acessível, é necessário discutir previamente o conceito de Pessoa Deficiente ou com Mobilidade Reduzida (PDMR) a luz do Decreto Nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004 que estabelece, para caráter de regulação, que pessoas portadoras de deficiência, além daquelas previstas na Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003, que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias resumidamente:

- a) Deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano;
- b) Deficiência auditiva: perda parcial ou total, de quarenta e um decibéis ou mais;
- c) Deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho;
- d) Deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média;
- e) Deficiência múltipla: associação de duas ou mais deficiências (BRASIL, 2003).

O Decreto inclui ainda, as pessoas com mobilidade reduzida, aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, mas que por qualquer motivo tenha dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção. O disposto no caput aplica-se, ainda, às pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, gestantes, lactantes e pessoas com criança de colo.

Muito se tem discutido, recentemente, acerca de mobilidade e acessibilidade. Pesquisas de diversas áreas do conhecimento tem levantado essa questão devido à fragilidade da acessibilidade que afeta o exercício da cidadania, como vemos na citação de Borja (2003), o uso dos espaços públicos como lugar de exercício da cidadania.

Segundo Pero Mihessen (2013, p 26),

o conceito de acessibilidade evoluiu, passando também a considerar de maneira mais enfática a acessibilidade universal e os meios internacionalmente difundidos para o atendimento a cadeirantes e pessoas com dificuldades de locomoção, como as rampas de acesso etc. Em suma, associa-se à facilidade de alcançar fisicamente um

determinado lugar, enquanto que mobilidade está relacionada com a capacidade com que o deslocamento pode ser realizado, levando em conta não só aspectos geográficos como socioeconômicos.

Uma definição muito aprovada sobre acessibilidade é da ABNT NBR 9050 (2004, p. 2), “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos.”

A acessibilidade, segundo o Ministério das Cidades (2006, p.16), é o “processo de obter igualdade de oportunidades e a participação plena em todas as esferas da sociedade e no desenvolvimento social e econômico do país, pelas pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.”

Ainda convém lembrar que turismo acessível é composto por medidas que promovem a inclusão social e o acesso à atividade turística as PDMR. A acessibilidade, afeta todas as áreas da sociedade e no setor do turismo é um diferencial que garante qualidade na prestação do serviço e uma importante vantagem competitiva, pois geralmente as PDMR sempre andam acompanhadas por um parente ou amigo.

Além disso, as pessoas com deficiência têm conquistado a cada dia, uma vida mais autônoma e com liberdade. Na qual, muitas delas estão inseridas no mercado de trabalho, tem sua própria renda, seu carro, moram sozinhas, viajam e levam uma vida totalmente independente.

Enfatiza-se ainda que o fato de compreender essas limitações e restrições nos possibilita aumentar a independência dessas pessoas, ajustando adequadamente os ambientes e os estabelecimentos públicos e privados, deixando-os livre de barreiras como sobre salto nas portas, calçadas sem rampas de acesso, escadas sem barras de apoio, piso sem revestimento tátil, etc., Essas medidas são necessárias para que haja a inclusão social por meio de atitudes pessoais e políticas públicas para trazer as Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida (PDMR) para uma sociedade na qual elas nunca fizeram parte até então.

A Organização Mundial do Turismo (OMT) tem como suas premissas a promoção do turismo sustentável, responsável e universalmente acessível como indutor do desenvolvimento inclusivo.

Diante de tal premissa da OMT (2013), a integração geral, fundamental para assegurar que as pessoas com deficiência tenham acesso ao ambiente físico, o sistema de transporte, canais de informação e comunicação, bem como a uma ampla gama de equipamentos e serviços públicos. (Tradução nossa).

Considerar a acessibilidade como um contratempo voltado apenas as PDMR é um equívoco, pois essa não é uma questão isolada que envolve somente os familiares e as entidades especializadas no assunto, a acessibilidade passa pela mobilidade, cidadania e pela democracia envolvendo a todos. Pois, a acessibilidade é um conjunto de peculiaridades do ambiente que possibilita a sua utilização por todas as pessoas, independentemente das suas aptidões físicas, sensoriais ou intelectuais.

De acordo com Nunes (2011), a acessibilidade não está ligada só as pessoas portadoras de deficiência. Contudo, em qualquer altura da vida, a saúde que temos hoje podemos não ter amanhã, e assim, podemos nos tornar dependentes de ajuda ou de terceiros.

Para Santos (2003), o universalismo que queremos hoje é aquele que tenha como ponto em comum a dignidade humana. O diferente sempre sofre e colocamos em foco as diferenças e restrições.

Assim sendo, a dignidade é esquecida, a igualdade social se torna desigualdade, exclusão e privações, onde o entretenimento e o lazer são direcionados a um público dentro dos padrões de normalidade humana. Corroborando com Kushano e Almeida (2008, p.121),

a falta ou redução de um dos sentidos não é e não pode ser o principal obstáculo para a inclusão dos portadores de deficiência como cidadãos, plenos de direitos e deveres. Quando lhes forem oferecidas às condições de aprendizado e os meios de desenvolver e aplicar suas habilidades, haverá conseqüentemente as condições de participação na vida social, econômica, cultural e política da sociedade.

Consoante com Duarte e Borda (2013, p.368), “turismo inclusivo não abrange apenas os deficientes físicos, mas também as pessoas denominadas com mobilidade reduzida, incluindo também aquelas que possuem algum tipo de limitação que, porventura, possa ser momentânea.”

Essa mobilidade reduzida temporária pode ser o caso de uma gestante ou a presença de uma criança de colo, pode se dar por um problema de saúde como uma perna quebrada ou tratamento de uma enfermidade, qualquer situação que momentaneamente reduz ou prejudica a mobilidade do indivíduo.

Ainda para com Duarte e Borda (2013, p.369),

entende-se que a acessibilidade no turismo visa, primordialmente, o reconhecimento do outro (o deficiente) em seus direitos e responsabilidades. Busca, portanto, coloca-lo não como alguém “digno de pena”, mas como alguém capaz de exercer todas as atividades turísticas de forma equânime – como um igual.

Para tanto, o turismo acessível é visto como o comprometimento de se ofertar soluções e respostas, conjuntas ao nível do território, pressupondo o envolvimento das várias entidades, do setor público, privado e associativo de diferentes áreas de atividade e não somente a exclusividade do setor do turismo. (NUNES, 2011).

Corroborando, García-Caro, Waal e Buhalis (2012), consideram que acessibilidade e turismo são dois conceitos relacionados e que o turismo acessível é uma importante oportunidade de negócios.

O turismo acessível, mais especificamente, surge como potencial motivador da inclusão social, visando à ampliação da participação de todos em tal atividade, com a finalidade de proporcionar às pessoas a oportunidade de acesso a atividades comuns e não em grupos isolados e estigmatizados. (DUARTE; BORDA; MOURA; SPEZIA, 2015).

O turismo em todas as suas variações vem crescendo e sendo valorizado como fonte de desenvolvimento socioeconômico. Mas em termos de acessibilidade e igualdade ainda deixa a desejar. É necessário entender a diversidade como regra e não exceção. Nesse intuito, o Ministério do Turismo criou um manual de orientações Turismo e Acessibilidade com o propósito de servir de instrumento orientador sobre temas relativos à acessibilidade, onde é possível encontrar critérios, parâmetros, recomendações e informações para o exercício da plena cidadania, que envolve o reconhecimento que todos temos os mesmos direitos, independente da classe social, raça ou condições físicas.

Finalmente no que diz respeito a uma sociedade globalizada e moderna, é necessário ver o outro como igual em todos os sentidos,

percebendo os outros como si mesmo, entendendo que as diferenças nos fazem únicos e que temos direitos e deveres de igual modo. Portanto, não há democracia, sem acessibilidade informativa, cultural, social e econômica, por forma a não excluir ninguém, porque ninguém é dispensável. (CUNHA, 1998).

Em vista dos argumentos apresentados, a cidadania para as P.D.M.R., refere-se à ideia de inclusão social envolvem questões culturais, mercado de trabalho, inclusão política e civil, lazer, diversão e qualquer tipo de entretenimento.

5 METODOLOGIA

Este trabalho procurou realizar uma discussão teórica com diversos autores sobre os temas turismo, hospitalidade, turismo rural e turismo rural acessível, bem como, expor uma análise do espaço turístico rural da cidade satélite de Sobradinho no Distrito Federal, Brasil.

Diante disso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental referente aos temas citados. Segundo Gil (2008), é o desenvolvimento com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A pesquisa documental, por sua vez, foi fundamentada no banco de dados do IBGE, com os resultados gerais da amostra do censo Demográfico 2010 e nas Leis e decretos citados no decorrer do trabalho. Tal pesquisa se faz necessária para elucidação de conceitos e o embasamento teórico necessário para discursão do assunto.

Num segundo estágio, foi realizada uma pesquisa de caráter qualitativo, exploratória e descritiva, que objetiva descrever as características dos estabelecimentos rurais localizados na Rota do cavalo, na cidade satélite de Sobradinho D.F. relativa à acessibilidade dos empreendimentos. As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que frequentemente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática (GIL 2002).

Para tanto, foi elaborado e aplicado um roteiro de entrevista com questões abertas e fechadas, com a intensão de identificar as condições da acessibilidade nos estabelecimentos turísticos no meio rural de Sobradinho/D.F. O roteiro de entrevista, composto por cinco blocos. Nos blocos

A e B abordavam a caracterização do respondente e do estabelecimento; bloco C adaptação do estabelecimento; bloco D divulgação da adaptação do estabelecimento e por fim, o bloco E PDMRs como segmento de mercado/cliente em potencial. E fotos de dados primários como forma de complementação para um melhor análise de dados.

Num primeiro momento, buscou-se junto a Administração Regional e na Secretaria de Turismo de Sobradinho D.F. um roteiro dos destinos turísticos rurais para pesquisa de campo, onde nos foi apresentado uma lista com o telefone, nome dos proprietários e endereço dos estabelecimentos. A princípio, foi nos apresentado 36 propriedades rurais que fazem parte da zona rural de Sobradinho e estão localizadas na Rota do cavalo, porém, somente treze dessas propriedades faziam parte da roteirização turística implantada em 2013 pela secretaria de Turismo do D.F. e atualmente, apenas duas propriedades estão funcionando.

Portanto, foram entrevistados dois estabelecimentos localizados na área rural da cidade satélite de Sobradinho D.F. no segundo semestre de 2015. Como forma de diferenciar os estabelecimentos, vamos identifica-los como estabelecimento A e B, pois os proprietários de ambos não autorizaram a divulgação dos nomes dos entrevistados e dos estabelecimentos no presente trabalho. Sendo assim, os entrevistados foram o administrador do estabelecimento A e no outro estabelecimento B o gerente. O objetivo era de investigar qual o nível de adaptação dos estabelecimentos, qual a percepção dos entrevistados sobre a acessibilidade dos estabelecimentos e qual a importância de se ter instalações adaptadas.

6 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO

A cidade de Sobradinho surgiu durante a construção de Brasília, pela necessidade de alojar definitivamente as famílias imigrantes dos diversos estados brasileiro e foi oficialmente fundada em 1960. É uma cidade satélite que fica a 22 km da região central do Plano Piloto, como podemos ver na figura 1. Atualmente possui uma população estimada de 175 mil habitantes, de acordo com o ultimo censo 2010 do IBGE (IBGE, 2014).

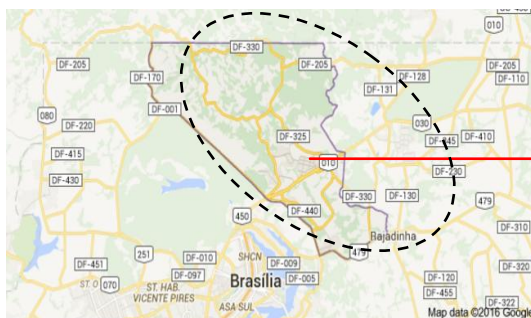


Figura 1. Mapa do Distrito Federal
Fonte: Google.com.br (2016)



Figura 2. Mapa da Região Adm. de Sobradinho
Fonte: Google.com.br (2016)

Em destaque na figura 2 tem-se a Região Administrativa de Sobradinho, uma cidade convidativa ao turismo rural, pois é cercada por muitos morros e cachoeiras e clima ameno, características naturais que dão a Sobradinho o título de cidade serrana e de capital do ecoturismo no Distrito Federal, título esse concedido pela secretaria do Meio Ambiente e Tecnologia que em parceria com a Administração Regional mantém o programa Viver na Serra é Bom Demais.

Sobradinho é a única cidade da região do DF localizada em uma serra, devido a essa peculiaridade possui muitas trilhas, rios e fazendas onde é possível andar a cavalo, pescar e encontrar restaurantes rurais no meio do cerrado. Podemos observar na figura 3 que a região de Sobradinho é dividida em setor Oeste e setor Leste, neste trabalho estamos discutindo sobre o setor leste, destacado na figura 4, região onde está localizada a Rota do Cavalo.

A Rota do Cavalo é um tipo de roteirização. De acordo com Brasil (2015), a roteirização turística é uma estratégia para diversificar a oferta turística e estruturar destinos. Deste modo, a roteirização forma um tipo de aglomerados turísticos, que objetiva despertar a atenção e o interesse dos turistas.



Figura 3: mapa de Sobradinho
Fonte: Google.com.br (2016)



Figura 4: Mapa da Rota do Cavalo
Fonte: Google.com.br (2016)

Localizada a 22 km do Plano Piloto, outrora teve sua origem por meio de um grupo proprietários de terras, que há pelo menos 30 anos, deu início ao que hoje conhecemos como Rota do Cavalo. Mas somente em 2013 que a Secretaria de Turismo do DF, lançou um roteiro de turismo rural que inclui 36 propriedades de Sobradinho, com o objetivo de desenvolver o turismo rural na região e oferecer uma opção de renda às famílias que vivem nesses locais. Como parte do projeto, foram colocadas placas de identificação como a que vemos na figura 5 e em todos os ranchos. Na época do lançamento, a Secretaria relacionou 14 espaços rurais prontos para iniciar o programa turístico.



Figura 5: Placa da Rota do Cavalo
Fonte: Dados primários

O roteiro turístico, formado por ranchos e centros de treinamentos equestres, escolas, haras, no qual, encontramos restaurantes rurais e outros tipos

de serviços voltados ao turismo rural. São estabelecimentos localizados entre quatro rodovias distritais (BR-020, DF-001, DF-330 3 DF- 440).

7 ANALISE DE DADOS

O objetivo do trabalho era verificar nos empreendimentos rurais localizados na Região de Sobradinho a existência de adaptações para receber pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e investigar se as mesmas eram adequadas. Objetivou-se, além disso, conhecer a frequência em que os PDMR procuram esses estabelecimentos e se essa procura era devido às adaptações das instalações, oferecendo, assim serviços com mais qualidade a esses cidadãos.

A região possui diversas propriedades rurais voltadas à equitação, mas atualmente apenas dois desses estabelecimentos fornecem serviços como alimentação, passeio a cavalo ou charrete, arborismo, escola de equitação ou mesmo para passar o dia, utilizando as dependências sem se hospedar.

7.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS E DOS RESPONDENTES PESQUISADOS

Para facilitar a identificação dos estabelecimentos vamos denominá-los com estabelecimento A e B.

Os dois primeiros blocos de questões referem-se a caracterização dos respondentes e do estabelecimento. Sendo que atualmente temos apenas dois estabelecimentos voltados ao turismo rural em funcionamento na Rota do Cavalo.

Dentre o perfil dos estabelecimentos, o estabelecimento A tem 20 anos de atividades e 15 funcionários fixos, e o estabelecimento B já atua há 18 anos no ramo de turismo rural e tem 20 funcionários fixos.

O perfil dos entrevistados foram os seguintes, estabelecimento A o respondente ocupa o cargo de administrador, tem 28 anos de idade e é do sexo masculino. No estabelecimento B a respondente do questionário ocupa o cargo de gerente, tem 52 anos de idade e é do sexo feminino. E em relação ao tempo de

trabalho no estabelecimento para ambos a resposta foi de 11 anos ou mais, isso demonstra que o tempo de serviço no empreendimento é constante.

7.2 ADAPTAÇÃO DO ESTABELECIMENTO TURÍSTICO

Como o foco desta pesquisa está direcionado às pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida, foi questionado se na visão dos entrevistados, o estabelecimento encontrava-se adaptado ou não. A resposta do administrador estabelecimento A foi sim para essa questão. Mas o que observamos é que nem todo ambiente é acessível como observamos nas figuras 6 e 7 a área de lazer que é liberada para utilização sem que seja hospede não possui acessibilidade, por exemplo, o cadeirante não tem acesso, por não haver rampa de acesso nas áreas mostradas.



Figura 6: área de lazer do Estabel. A
Fonte: Dados Primários



Figura 7: área de lazer do Estabel. A
Fonte: Dados Primários

Outra questão de grande importância observada no estabelecimento A sobre a acessibilidade incompleta é o estacionamento, que como podemos ver nas figuras 8 e 9, não tem vaga demarcada exclusiva para deficientes e nem para idosos, é de cascalho e totalmente desnivelado e com buracos, o que dificulta o acesso de cadeira de rodas, ou mesmo o acesso independente de um deficiente visual, por exemplo.



Figura 8: Estacionamento do Estabel. A
Fonte: Dados Primários



Figura 9: Estacionamento Estabel A
Fonte: Dados Primários

No entanto, quando o estabelecimento B foi questionado quanto o estabelecimento ser ou não adaptado, a gerente, num primeiro momento respondeu que sim e até aceitou que o nome do estabelecimento fosse divulgado no presente trabalho. Contudo, no decorrer da entrevista com a sequência de questionamento ela percebeu que o estabelecimento não era adaptado e mudou a resposta e por consequência pediu para não divulgar o nome do estabelecimento no trabalho, pois considerou que isso seria prejudicial à imagem do estabelecimento B.

Verificamos durante as três visitas que fizemos ao estabelecimento B, que a acessibilidade é bem precária como vê-se nas figuras a seguir. O estabelecimento B também não possui vagas de estacionamento exclusivo para deficiente e nem para idosos. Porém, a área do estacionamento do estabelecimento B é toda nivelada e coberta por cascalho como vê-se na figura 10.



Figura 10: estacionamento estabel. B
Fonte: Dados primários

Na figura 11, tem-se um desnível no ambiente do restaurante que vai das mesas para a área de serviço do buffet com uma escada e o destaque aqui é para a falta de corrimão, que é indispensável para a segurança principalmente de idosos e crianças. De acordo com as normas da ABNT a acessibilidade tem que possibilitar a condição de alcance, utilização com segurança e autonomia de edificações, espaços, mobiliário e equipamento. (ABNT NBR 9050, 2004, p.2).

Na figura 12, tem-se a área do buffet, onde os alimentos são servidos no fogão à lenha, a área em destaque na figura é alta o que impossibilita a um cadeirante se servir sozinho. Em ambas figuras foram feridos os princípios básicos da acessibilidade, quanto ao que se referi a segurança, autonomia e ao espaço e equipamentos adaptados.



Figura 11: Estabel. B área de circulação
Fonte: Dados primários



Figura 12: Estabel. B área do bufet
Fonte: Dados primários

A questão seguinte trata da percepção da importância da adaptação do estabelecimento. Perante o enfoque nos estabelecimentos, o setor de turismo deve reconhecer a necessidade de se oferecer serviços acessíveis e de qualidade, de modo a não cometer nenhum ato discriminatório, que pode levar a perdas financeiras e principalmente denegrir a imagem da empresa (DARUWALLA; DARCY, 2005).

Quando indagado a respeito da importância de ter instalações adaptadas, obtivemos as seguintes respostas. O administrador (estabelecimento A) disse que, “a importância era de manter o respeito e a dignidade das pessoas que precisam.” Para essa questão a gerente (estabelecimento B) disse que se as instalações fossem adequadamente adaptadas eles “poderiam receber um maior número de pessoas e atender com mais qualidade aos deficientes”.

Na figura 13 tem-se o banheiro adaptado do estabelecimento A. É um banheiro amplo, com barra na lateral do vaso sanitário e com a pia e o espelho mais baixo para o acesso de cadeirantes, mas não possui campainha de emergência, também não se percebe nenhum tipo de acessibilidade para as demais deficiências como piso tátil ou sinalização em braile.



Figura 13: banheiro adaptado. Estabelecimento A
Fonte: Dados primários

Verificou-se que quando questionado em relação ao tempo de adaptação dos estabelecimentos, o administrador (estabelecimento A) respondeu que a adaptação foi feita em 2014.

Nas figuras 14 e 15 temos os banheiros feminino e masculino do estabelecimento B, um banheiro sem nenhuma adaptação.

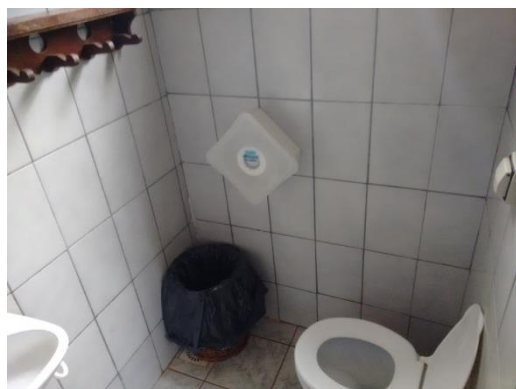


Figura 14: Banheiro feminino estabel. B.
Fonte: Dados primários



Figura 15: Banheiro masculino estabel. B
Fonte: Dados primários

O banheiro da figura 15 foi nos apresentado como acessível num primeiro momento, mas depois de conversamos sobre o que é um banheiro acessível a entrevistada voltou atrás e reconheceu que no estabelecimento B não possui nenhum banheiro com o mínimo de acessibilidade. A gerente (estabelecimento B) disse que a adaptação tem sido feita e a previsão de conclusão é para 2016. Porém em visita de verificação feita em maio de 2016, não observamos nenhuma mudança ou melhoria na acessibilidade dos banheiros principalmente e em nenhuma outra dependência do estabelecimento.

Contudo, é importante ressaltar que um ambiente planejado, juntamente com um serviço prestado de forma cordial e amável geram segurança e consequentemente confiança para os PDMR. Neste sentido Camargo (2004), afirma que a hospitalidade é a interação entre os seres humanos em tempos e espaço planejados.

Além disso, é importante ressaltar que as PDMRs são consumidores em potencial e que geralmente viajam ou fazem passeios acompanhados por familiares e amigos. De acordo com Duarte e Borda (2013), atender a todas as necessidades das PDMRs, possibilitará o crescimento do contínuo nos próximos anos dos destinos turísticos brasileiro. O turismo rural acessível tem grande potencial de crescimento econômico e de inclusão social.

7.3 DIVULGAÇÃO DA ADAPTAÇÃO DO ESTABELECIMENTO TURÍSTICO

O próximo questionamento foi se o estabelecimento possui endereço eletrônico na web e ambos entrevistados disseram que possuem endereço eletrônico, mas quando indagado se divulgam a acessibilidade no site, ambos responderam que não divulgam se possuem acessibilidade ou não e nem mesmo em outros veículos de comunicação. Mas não especificaram o motivo para não divulgar.

7.4 PDMRS COMO SEGMENTO DE MERCADO/CLIENTE EM POTENCIAL

O propósito desse bloco é investigar se o público de PDMRs é visado como clientes em potencial.

O turismo acessível é um agente da inclusão social e um potencializador dos negócios. De acordo com García-Caro, Waal e Buhalis (2012), consideram que acessibilidade e turismo são dois conceitos relacionados e que o turismo acessível é uma importante oportunidade de negócios.

Quando perguntamos sobre a procura de PDMR e suas famílias pelo estabelecimento, as respostas foram. Administrador (estabelecimento A) foi que “Existem vários clientes cadeirantes, mas a procura pelo estabelecimento não creio estar ligada à acessibilidade, mas a qualidade de nosso serviço.”. No caso da gerente (estabelecimento B) a resposta foi que: “não são muitos PDMR que procuram, mas temos esse objetivo”.

Em relação à resposta da gerente do estabelecimento B, o que observamos durante as visitas que fizemos e até mesmo em conversas com a própria gerente e o proprietário é que eles têm um fluxo de clientes PDMRs sim. Eles trabalham com hipismo como terapia para crianças autistas e com leves deficiências e que o programa só não atende um número maior de pessoas por falta de apoio do governo, esse último item conforme relatos da entrevistada. Também foi observada a presença de muitos idosos e pessoas deficientes no local em nossas três visitas durante o período de pesquisa.

Quando questionado sobre a relação entre as suas instalações adaptadas e a procura das PDMRs pelo estabelecimento, o administrador (estabelecimento A) respondeu que “não acredito que o fato de termos algumas adaptações tenha aumentado a visita.” Para gerente (estabelecimento B) “acho que se fosse perfeito e totalmente adaptado aumentaria a demanda.” Ambos consideram as adaptações do estabelecimento importante para o bom atendimento ao cliente.

A questão final foi sobre se existe ou não uma preocupação em permitir que todos, (pessoas com ou sem deficiência) usufruam de todos os serviços prestados pelo estabelecimento. A resposta do administrador (estabelecimento A) foi que “não, pois algumas áreas do estabelecimento são bastante acidentadas. O que inviabiliza essas adaptações, mas enquanto restaurante todos podem usufruírem com conforto e comodidade.” A gerente (estabelecimento B) respondeu que sim, porque aumentaria o fluxo de visitantes em nosso espaço.”

De acordo com Carvalho (2015, p.582), a recepção de hóspedes, portanto, desempenha papéis sociais importantes na vinculação de indivíduos e grupos, na interação social dos envolvidos e das famílias. A hospitalidade desde a chegada do visitante é o fator determinante para a permanência e principalmente para o retorno dos visitantes ao estabelecimento turístico. Pois a sua impressão primeira é o que determina se satisfaz ou não as suas necessidades.

Baseado nas questões fechadas do questionário, verificamos que a deficiência que mais chama a atenção dos entrevistados e dos proprietários é a deficiência motora e que as adaptações são sempre voltadas a esse tipo de deficiência, mesmo que não sejam adaptações dentro das normas da ABNT. Não observamos nenhuma acessibilidade ou mesmo preocupação com os demais tipos de deficiência, como por exemplo, a deficiência visual, como podemos observar nas figuras a seguir. Na figura 16 temos uma das áreas de circulação do estabelecimento A sem piso tátil e na figura 17 temos a área de acesso ao buffet do estabelecimento B, onde vemos uma rampa de acesso, mas nenhum dos estabelecimentos possuía cardápio em braile ou com a letra maior para facilitar a visualização e nem mesmo havia piso tátil.

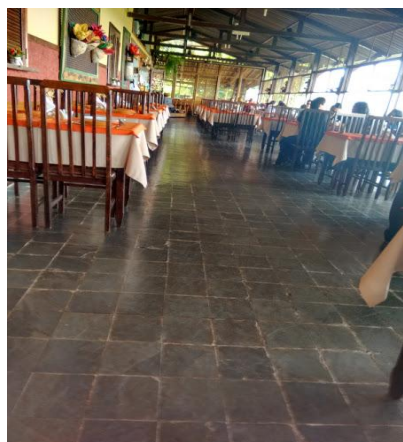


Figura 16: Estabelecimento A
Fonte: Dados primários



Figura 17: Estabelecimento B
Fonte: Dados primários

Não foram observadas adaptações relacionadas a necessidades especiais como assentos mais espaçosos para pessoas obesas, nem assentos mais adequados para pessoas com baixa estatura. Nenhum dos estabelecimentos pesquisados possui campainha nos banheiros para o caso de emergência, nem profissional para acompanhar idosos, ou com conhecimento em línguas de sinais para orientar os deficientes auditivos.

Uma questão que os proprietários não compreendem claramente é que a acessibilidade é uma questão necessária a todos nós em determinada tempo ou situação da vida como no caso de uma gestante ou uma pessoa que se encontra com um dos membros quebrados. Corroborando com Duarte e Borda (2013, p. 368), “turismo inclusivo não abrange apenas os deficientes físicos, mas também as pessoas denominadas com mobilidade reduzida, incluindo também aqueles que possuem algum tipo de limitação que, porventura, passo ser momentânea.”

Observou-se durante o dialogo com o proprietário do estabelecimento B, que a ausência de políticas públicas e de parcerias governamental prejudica o crescimento e por muitas vezes, essa deficiência de parcerias, leva o proprietário a mudar de ramo ou a falência do empreendimento, o que é lamentável tanto para os clientes como para o desenvolvimento local da área rural.

A norma 9050 da ABNT referente à acessibilidade orienta como deve ser feita a adequação dos equipamentos, serviços, espaços e mobiliários. O documento estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto

ao projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, transportes, informação e comunicação, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso privado ou coletivo, tanto no meio urbano como rural, por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (ABNT NBR 9050, 2015). Porém, as diretrizes são apenas como forma de sugestão. No quadro 01 temos um comparativo entre alguns autores e a realidade constatada. Numa segunda parte do quadro temos um comparativo entre as diretrizes da ABNT 9050 e o que encontramos nos estabelecimentos visitados.

Quadro 01 - Quadro comparativo entre a teoria e a prática

Teoria	Prática
<i>Turismo Rural Acessível</i>	<i>Turismo Rural Acessível em Sobradinho DF</i>
Segundo Duarte, Borda, Moura e Spezia (2015), o turismo acessível, mais especificamente, surge como potencial motivador da inclusão social, visando à ampliação da participação de todos em tal atividade, com a finalidade de proporcionar às pessoas a oportunidade de acesso a atividades comuns e não em grupos isolados e estigmatizados.	O turismo rural em Sobradinho tem se apresentado pouco hospitaleiro no que tange a acessibilidade. A falta de informação e entendimento sobre o que é realmente acessibilidade tem sido uma barreira nos estabelecimentos pesquisados.
De acordo com Nunes (2011), a acessibilidade não está ligada só as pessoas portadoras de deficiência. Contudo, em qualquer altura da vida, a saúde que temos hoje podemos não ter amanhã, e assim, podemos nos tornar dependentes de ajuda ou de terceiros.	Encontramos nos estabelecimentos visitados a presença de muitos idosos. Porém, as adaptações voltadas a esse tipo de cliente eram precárias ou mesmo inexistentes.
Duarte Gil (2009), a noção de mobilidade está relacionada com o grau de liberdade que nos movimentamos em determinado espaço.	No estabelecimento A encontramos barreiras nos acessos a área de lazer. O estacionamento também é deficiente quando falamos em liberdade nos movimentos, pois é desnivelado e com buracos e não havia demarcação de vagas para deficientes e nem havia vagas para idosos.
<i>ABNT NBR 9050 ATUALIZADA EM 2015</i>	<i>ACESSIBILIDADE NO TURISMO RURAL DE SOBRADINHO DF</i>
Área de aproximação: espaço sem obstáculos, destinado a garantir manobra, deslocamento e aproximação de todas as pessoas, para utilização de mobiliário ou elemento com autonomia e segurança.	Por serem espaços rurais, ambos os restaurantes são amplos e possuem boas áreas de manobra, deslocamentos e aproximação, mesmo para cadeirantes. Garantindo assim, a circulação de todas as pessoas.
Área de descanso: área adjacente e interligada às áreas de circulação interna ou externa às edificações, destinada a usuários que necessitam de paradas temporárias para posterior continuação do trajeto.	Ambos os estabelecimentos possuem bancos nos trajetos que ligam às áreas externas dos restaurantes as áreas internas, que servem de apoio, caso haja a necessidade de descanso.

Área de refúgio ou resgate: área com acesso direto para uma saída, destina a manter em segurança PDMR, enquanto aguardam socorro em situação de sinistro.	Não foram observadas em ambos os estabelecimentos áreas reservadas a PDMR, rota de acesso direto a saída.
Banheiro acessível: cômodo que dispõe de chuveiro, banheira, bacia sanitária, lavatório, espelho e demais acessórios.	No estabelecimento A o banheiro é acessível com todos os itens adaptados. No entanto o estabelecimento B não possui banheiro adaptado.
Rampa: inclinação da superfície de piso, longitudinal ao sentido de caminamento, com declividade igual ou superior a 5%.	Na área do estabelecimento A à área interna possui rampas de acesso, mas o mesmo não possui rampas em sua área externa. Já o estabelecimento B possui rampa somente na área de acesso ao buffet nas demais áreas só há escadas e sem corrimão.
Piso tátil: piso caracterizado por textura e cor contrastantes em relação ao piso adjacente, destinado a constituir alerta ou linha-guia, servindo de orientação, principalmente às pessoas com deficiência visual ou baixa visão. São dois tipos: piso tátil de alerta e piso tátil direcional.	Não foi observado nenhum tipo de adaptação a deficientes visuais e ambos os estabelecimentos não possuem nenhum tipo de piso tátil.

Fonte: A autora (2016), de acordo com a norma 9050 da ABNT.

Tendo em vista que este trabalho tem o foco no turismo rural acessível, onde o destino é a Rota do Cavalo em Sobradinho DF, a comparação foi realizada somente dentro do contexto dos estabelecimentos visitados no período da pesquisa.

Portanto, a acessibilidade é de grande importância para o desenvolvimento do turismo rural, pois não é possível existir desenvolvimento sem acessibilidade. Quando damos prioridades às necessidades do outro e nos colocamos em seu lugar e que o verdadeiro desenvolvimento está surgindo.

8 CONCLUSÃO

O presente trabalho estudou sobre o Turismo Rural Acessível na região Administrativa de Sobradinho, no Distrito Federal.

Na primeira parte desse trabalho, apresentou-se uma revisão de literatura sobre este tópico, que nos permitiu ter uma visão abrangente da temática e registrar as principais tendências e questões, através da análise de diversos documentos orientadores relacionados com o tema em questão.

A proposta de turismo rural acessível é uma ideia relativamente nova, mas com grande potencial de inclusão social, pois por muito tempo a inclusão das pessoas com deficiência foi vista somente como um problema da família e das entidades especializadas que se responsabilizavam pelos cuidados. Porém, analisando os diversos autores pesquisados, observou-se que progressivamente o turismo de forma geral tem assumido uma atitude crítica e preocupada com a integração das pessoas com deficiências.

Levando-se em consideração o que foi mencionado na revisão literária é necessário que iniciativas públicas e privadas continuem centradas neste público com necessidades especiais, para que futuramente possa se dar respostas positivas a essas necessidades e que a inclusão não seja uma exceção e sim uma constante na sociedade como um todo.

Diante da precariedade da acessibilidade é necessária uma melhor capacidade profissional e políticas públicas de estímulo voltada a prática da acessibilidade e mobilidade no turismo rural em todo território brasileiro.

Percebe-se que a necessidade de informação técnica qualificada de como se dá a acessibilidade, o turismo para todos só é possível se o conhecimento sobre as necessidades do outro for pleno.

A pesquisa de campo revelou durante as entrevistas estruturadas que falta informação sobre o que é realmente acessibilidade e turismo rural inclusivo. Que a ausência de informação leva ao erro, pois num primeiro momento quando questionado sobre o espaço ser ou não acessível a resposta geralmente é sim, mas o que observamos na prática é que a acessibilidade nem sempre existe e que quando existe alguma preocupação com a acessibilidade, esta é voltada apenas para a deficiência motora, as demais deficiências nem sempre são lembradas pelos entrevistados. E isso é o que se observa na sociedade como um todo.

A existência de barreiras no turismo rural resulta em espaços sem hospitalidade e consequentemente sem qualidade de vida, daí a necessidade de se projetar espaços que pense no outro e nas suas necessidades, eliminando as barreiras, no intuito de tornar os diferentes ambientes e as atividades acessíveis a todos.

As barreiras no turismo rural assumem-se como um elemento pertinente, a forma como os estabelecimentos propiciam ambientes e atividades que sejam agradáveis ou não para quem os visitam. Sendo assim, a acessibilidade é um grande desafio, tanto na hora de se planejar um empreendimento turístico acessível, como na hora de se pensar nas intervenções para eliminar as barreiras. A elaboração da acessibilidade é um desafio para mitigar os impactos causados a uma parte da população com dificuldades.

É imprescindível que todos se conscientizem para se resolver o problema da acessibilidade no turismo rural, que se sensibilizem de que o fator de inclusão social deve ser presente nos princípios de base. Faz-se necessário ter um novo entendimento na forma de ver o próximo. Para tanto, é essencial a informação e a conscientização das necessidades e diferenças de cada um. Nesta conjuntura, os agentes públicos devem prestar informações para que os estabelecimentos sejam acessíveis e fiscalizar a realização de intervenções para eliminar as barreiras, pois projetos devidamente estudados e implementados, tornam os espaços acessíveis, criando um espaço de inclusão social.

Entende-se que um turismo rural acessível com qualidade é um diferenciador de sucesso muito importante no que diz respeito a vantagens competitivas. O planejamento e a gestão devem envolver cuidados com as necessidades especiais desde o princípio do empreendimento, pois hoje é indiscutível que a igualdade de participação na sociedade é parte dos direitos de cada cidadão garantido na Constituição Federal brasileira.

Em face aos dados apresentados, a acessibilidade no turismo rural é um elemento que contribui para a qualidade de vida das pessoas com necessidades especiais e ao mesmo tempo, na medida em que se qualifica o acesso aos serviços, melhora-se também a competitividade do estabelecimento e sua visibilidade.

Conclui-se que o Brasil tem hoje uma das melhores legislações voltadas para os direitos da pessoa com deficiência. No entanto, essas ainda precisam ser mais bem implementadas e fiscalizadas para que se possam construir ações

conjuntas para a facilitação da acessibilidade, o que possibilitará a verdadeira inclusão social dessas pessoas.

REFERÊNCIAS

ABNT, NBR 9050. **Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos**, (segunda edição), 2004. Disponível em ><http://pt.scribd.com/doc/7323906/NBR-9050-2004-acessibilidade-a-es-rio-Espacos-e-Equipamentos-Urbanos>> Acesso em novembro de 2015.

ABNT, NBR 9050. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**, (terceira edição), 2015. Disponível em >http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_164.pdf> Acesso em junho de 2016.

AMARAL, M. I. C.; A Cooperação Entre os Stakeholders e o Desenvolvimento Turístico dos Territórios Rurais - O Caso da Sub-Região do Baixo Alentejo (Alentejo – Portugal). **Revista Turismo – Visão e Ação – Eletrônica**, V. 18 – n.1; p.29-59. Jan.-Abr. 2016.

ASHTON, M. S. G.; TOMAZZONI, E. L.; EMMENDOERFER, M. L.. **Turismo em cidades criativas e validação de novos destinos turísticos competitivos**. 2014. Disponível em ><http://www.anptur.org.br/anptur/anais/v.10/Anais/DPG4/100.pdf>> . Acesso em outubro de 2015.

AZEVEDO, R. M. M.; RODRIGUES, C. G. O. Políticas públicas e turismo rural: em estudo acerca das possibilidades e limitações no município de Apodi (RN). **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 15 n.2.,p131-145, ago. 2015.

BARBOSA, G. E. **A cultura da hospitalidade como fundamento do bom relacionamento na hotelaria**. PUC - São Paulo, 2007. Disponível em><http://livros01.livrosgratis.com.br/cp040383.pdf>>. Acesso setembro de 2015.

BAPTISTA, I. (orgs.) **Laços Sociais: Por uma epistemologia da hospitalidade. Caxias do Sul, RS : Educs, 2014.**

BENI, M. C.. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Senac São Paulo, 2001.

BLANCO, Enrique Sergio. O turismo rural em áreas de agricultura familiar: as "novas ruralidades" e a sustentabilidade do desenvolvimento local. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 4, n. 3, 2006.

BRASIL. **Ministério do Turismo. Rede de Cooperação para Roteirização**. 26 de maio de 2015, Disponível em > <http://www.turismo.gov.br/publicacoes/item/52-rede-de-cooperacao-para-roterizacao.html>> Acesso em novembro de 2015.

BRASIL. **Constituição Federal**, 1988; Disponível e: >http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em setembro de 2015.

BRASIL. [MTur] Ministério do Turismo. **Turismo Rural: Orientações Básicas**. 2ª edição. Brasília, 2010.p.18/34. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em: setembro de 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Acessibilidade. Brasília-DF; 2005.

BRASIL. Decreto no. 5.296 de 2 de dezembro de 2004. **Regulamenta a Lei no. 10.048**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm> Acesso em: setembro. 2015.

BRASIL. [MTur] Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br>. Acesso em: setembro. 2015.

BORJA, J. **La ciudad conquistada**. Madrid: Alianza Editorial, 2003.

BUHALIS, D. Marketing the competitive destination of the future. **Tourism Management**, 21, p. 97-116. 2000.

CACHO, A. N. B.; AZEVEDO, F. F.. O Turismo no Contexto da sociedade Informal. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. V.4, n.2, p.31-48, ago. 2010.

CAMARGO, L. O. L. **Hospitalidade**. São Paulo: Editora Aleph, 2004.

CAMPOS, D. F. & MARODIN, T. G..“El uso de matrices de oportunidade para el análisis de los servicios hoteleros en la ciudad de Natal, Brasil”. **Estudios y Perspectivas em Turismo**. V.22.p. 661- 681.

COOPER, C.; FLETCHER, J.; WANHILL, D. G.; SHEPHERD, R. **Turismo, princípios e prática**. Porto Alegre: Bookman. 2001.

CARVALHO, A. N.; Hospitalidade Doméstica e Comercial: Desdobramentos e Apropriações em Fazendas Históricas Rurais. **Revista Turismo – Visão e Ação – Eletrônica**, v. 17 – n.3 – set.- Dez. 2015.

CUNHA, Rui – “**Cidades Acessíveis Instrumentos e Metodologias de Intervenção**”, Acção Social/CML. Guache – Artes Gráficas, 1998.

DARUWALLA, P. E DARCY, S. Personal and societal attitudes to disability. **Annals of Tourism Research**, 32(3), p. 549-570, 2005.

DUARTE, D. C.; BORDA, G. Z.. Acessibilidade e sustentabilidade: a experiência da hotelaria de Brasília. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, 7(3), p. 365-383. 2013.

DUARTE, D. C.; BORDA, G. Z.; MOURA, D. G.; SPEZIA, D. S.. Turismo acessível no Brasil: um estudo exploratório sobre as políticas públicas e o processo de inclusão das pessoas com deficiência. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, 9(3), p. 537-553. Set./dez. 2015.

DUARTE GIL, B. **Mobilidade pedonal no espaço público – Caso de Estudo e Aplicação ao projecto em Sete Rios**, Dissertação de Mestrado, não publicada, Lisboa, Instituto Superior Técnico-Universidade Técnica de Lisboa, 2009. Disponível em >https://dspace.ist.utl.pt/bitstream/2295/327110/1/dissertacao-brigite_gil.pdf> Acesso em 23 de janeiro de 2016.

ELESBÃO, I. **O espaço rural brasileiro em transformação**. 2007. Disponível em: >http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2007_-_84/84_03.pdf>. Acesso em setembro 2015.

ELESBÃO, I.; SOUZA, M. **Turismo rural**: iniciativas e inovações. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

EMBRATUR. **Conceitos turísticos**. EMBRATUR: Departamento de Estudos Econômicos, Divisão de Economia do Turismo, Brasília 1992.

FRANZEN, L. I.; OLIVEIRA, J. P.. Hospitalidade e Acessibilidade no Contexto do Espaço Turístico: uma forma de planejamento. Roda Conversações sobre Hospitalidade. **Anais – Semintur** 2015.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL Grossi. **A pluriatividade da agricultura brasileira**, 2002. Disponível em>www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/congresem/sober1.html>. Acesso em: setembro de 2015.

GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRINOVER, L. **Hospitalidade**: um tema a ser reestudado e pesquisado. In: DIAS, C. M. M. (org). Hospitalidade: reflexões e perspectivas. Barueri: Manole, 2002.

C. M. M. (org). **Hospitalidade**: reflexões e perspectivas. Barueri: Manole, 2002.

Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2010**: resultados preliminares da amostra, 2011. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/polulacao/censo2010/resultados_preliminares_amostra/default_resultados_preliminares_amostra.shtm > Acesso em outubro 2015.

Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Censo demográfico**. 2014 Disponível em:><http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?codmun=530010&search=distrito-federal%7Cbrasil%7Cinphographics:-history&lang>> Acesso em outubro de 2015.

KUSHANO, E. S.; ALMEIDA, W. G.. Inclusão Social, Cidadania E Turismo – Uma Investigação Sobre A Existência De Serviços Adaptados Às Pessoas Com Necessidades Especiais Nos Meios De Hospedagem De Região Metropolitana De Curitiba. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. V.2, n. 4. Pp.119-132. 2008.

MARTINS, M. R.; FUTEMMA, C. A Inserção da Juventude no Turismo no Espaço Rural e a Construção da Hospitalidade Local: o caso dos Assentados Ipanema (Iperó – SP). **Revista Turismo Em Análise**. v. 24, n. 3, pp. 601-626. dezembro 2013.

MELGAR, E. **Fundamentos de planejamento e Marketing em Turismo**. São Paulo: Contexto, 2001.

MENDONÇA, M. C. ET AL. **Turismo no espaço rural**: debate e tendência. Disponível em: <http://dae2.ufla.br/revista2002.htm> . Acesso em outubro de 2015.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana – Brasil Acessível, “Construindo a cidade acessível (Caderno 02)”, in **PORTAL ODM**, 1ª edição, 2006. Disponível em ><http://www.portalodm.com.br/brasil-acessivel-caderno-2-construindo-a-cidade-acessivel--bp--262--np--14>> Acesso em novembro de 2015.

NUMES, A. A.; **Turismo acessível**: O Caso da Lousã. Faculdade de Letras – Universidade de Coimbra. 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO; **Atualizações das Resoluções de 2005**. ResoluçãoA/RES/637; agosto de 2013. Disponível em ><http://ethics.unwto.org/content/accessible-tourism>> acesso em setembro de 2015. (Tradução nossa)

PEARCE, D.; BUTLER, R.. **Desenvolvimento em turismo**. São Paulo: Contexto, 2002.

PERO, V.; MIHESSEN, V. Mobilidade Urbana e Pobreza no Rio de Janeiro. **Revista Econômica** – Niterói, v. 15, n 2, p. 23-50 dez. 2013.

RAMALHO, M. M. C.; Estudos Sobre o Turismo no Espaço Rural em Barra do Piraí e sua Relação com o Desenvolvimento. **Revista Turismo** – Visão e Ação – Eletrônica, V. 18- n. 2 – Mai. – Ago. 2016; p.223-250.

ROCHA, E. S.; PETRY, T. R. E.. **Acolhimento e Hospitalidade**: o caso do Museu Comunitário Engenho do Sertão – Bombinhas, SC. 8º Semintur. Roda Conversações sobre Hospitalidade. Caxias do Sul (RS), 2015.

SANTOS, A. F. L. **Hospitalidade**: a palavra chave para aumentar as vendas e potencializar relacionamentos. 2015. Disponível em ><http://www.portaleducacao.com.br/turismoehotelaria/artigos/59440/hospitalidade-achave-para-aumentar-as-vendas-e-potencializar-relacionamentos>> Acesso em novembro de 2015.

SANTOS, Tania. **Globalização e exclusão**: a dialética da mundialização do capital. Sociologias, Porto Alegre, n.6, ju-dez. 2001. Disponível em:><http://.scielo.br>> Acesso em 25 de outubro de 2015.

SANTOS, M. M. C.; PERAZZOLO, A. O.; PEREIRA, S. **A hospitalidade numa perspectiva coletiva**: O corpo coletivo acolhedor. In: SANTOS, M. M. C.;

SANSOLO, D. G.; BURSZITYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p.348-355.

SCHNEIDER, S. FIALHO, M. A. V.; **Atividades Não Agrícolas e Turismo Rural no Rio Grande do Sul**. II Congresso Internacional Sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. Santa Maria/RS. 2000. Disponível em: <http://www.turismorural.org.br/download/20080614174402.pdf>. Acesso em 27 de dezembro de 2015.

SEVERINI, Valéria Ferraz. **Hospitalidade urbana**: ampliando o conceito. Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR. Penedo, v. 3, n.2, p. 84-99. 2013.

SEVERINI, Valéria Ferraz. **Hospitalidade Urbana**: a arte de conviver e bem receber nas grandes cidades. P.63. 2014.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável**: setor público e cenários geográficos. São Paulo: Aleph, 2000.

TRIGO, L. G.. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias**: O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores associados, 2002.

ZANCAN, C. ; DANTAS, A. B.; CAMPOS, V. O. Estrutura de serviços de varejo nas redes de hospedagem brasileiras. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, 9(2), p. 278-297, maio/ago. 2015. Disponível em: ><http://www.rbtur.org.br/rbtur/article/view/756/676>> Acesso em setembro de 2015.

APÊNDICE:



Universidade de Brasília/UnB

Faculdade UnB Planaltina/FUP

Profa. Donária Coelho Duarte, Dra.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Este roteiro de entrevista faz parte de uma pesquisa que está sendo realizada na Universidade de Brasília e tem como objetivo investigar até que ponto as **Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida (P.D.M.R)** são visualizadas como um segmento de mercado em potencial para os estabelecimentos de turismo rural. Tal questionário visa também abordar questões voltadas a pessoas que possuem alguma necessidade especial como os obesos e idosos. Entende-se, assim, que a sua contribuição é extremamente relevante para a realização desse estudo. Para um maior entendimento, o questionário foi dividido da seguinte forma:

BLOCO A: Caracterização do respondente

BLOCO B: Caracterização do estabelecimento turístico

BLOCO C: Adaptação do estabelecimento turístico

BLOCO D: Divulgação da adaptação do estabelecimento turístico

BLOCO E: PDMRs como segmento mercado/cliente em potencial

Agradecemos desde já a sua contribuição neste processo e GARANTIMOS O ANONIMATO do respondente.

BLOCO A: CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE:

1. Sexo: () Masculino () Feminino

2. Idade:

3. Cargo:

4. Tempo que trabalha no estabelecimento?

() até 1 ano

() 2 a 4 anos

() 5 a 7 anos

() 8 a 10 anos

() 11 anos ou mais

BLOCO B: CARACTERIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

1.Nome do estabelecimento turístico:

2. Localização:

3. Número de empregados/funcionários:

4. Quantos anos de atuação o estabelecimento possui?

5. Quais serviços são oferecidos pelo estabelecimento? Ex.; alimentação, hospedagem, passeios e/ou outros serviços.

BLOCO C: ADAPTAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

1. Em sua opinião, o seu estabelecimento está adaptado para receber P.D.M.Rs (Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida)?

() Sim () Não

Se Sim, qual a importância de ter suas instalações adaptadas?

Se Sim, desde a inauguração do estabelecimento já havia preocupação em adaptá-lo? Por quê?

Se Não, existe dificuldade ou considera apenas irrelevante para o negócio?

Se Não, está previsto algum projeto para adaptar o estabelecimento às necessidades da P.D.M.R.?

() Não

() Sim. Para quando? _____

2 Quais são as adaptações que o seu estabelecimento possui? (Assinale quantas alternativas você achar necessário) - PESQUISA DE OBSERVAÇÃO

TIPO DE LIMITAÇÃO	ITEM	POSSUI OU NÃO?		OBSERVAÇÃO	
				ATENDE AS NORMAS DA ABNT?	
		SIM	NÃO	SIM	NÃO
MOTORA	Estacionamento com vagas reservadas para deficientes				
	Estacionamento com vagas reservadas para idosos				
	Rampa(s) para ingresso no estabelecimento/recepção				

	Barras de apoio em rampas				
	Barras de apoio em escadas				
	Portas mais largas				
	Corredores mais largos				
	Elevador(es)				
	Recepção/balcão e caixa mais baixos				
	Telefones na altura adequada para cadeirantes				
	Móveis em altura adequada para deficientes com limitação motora				
	Possui circulação adequada a todos os ambientes do local (sem restrição) para pessoas com limitação motora				
	Banheiro(s) público(s) adaptados				
	Área para manobra da cadeira de rodas				
	Profissional do estabelecimento devidamente treinado para acompanhar essa pessoa com limitação motora				
	Outros. Quais? _____				
VISUAL	Cardápio em Braile				
	Cardápio com letras de fácil visualização (tamanho de letra adequado)				
	Piso tátil				
	Profissional do estabelecimento devidamente treinado para acompanhar essa pessoa com				

	limitação visual				
	Possui circulação adequada a todos os ambientes do local (sem restrição) para pessoas com limitação visual				
	Permissão para entradas de animais (no caso, cão guia)				
	Corrimão nas escadas/rampas				
	Folders sobre a promoção/divulgação do estabelecimento em braile				
	Outros. Quais? _____				
	Profissional do estabelecimento com conhecimento em línguas de sinais				
AUDITIVA	Possui circulação adequada a todos os ambientes do local (sem restrição) para pessoas com limitação auditiva				
	Outros. Quais?				
	Assentos mais espaçosos para pessoas obesas				
PESSOAS COM ALGUM TIPO DE NECESSIDADE ESPECIAL	Assentos mais adequados para pessoas com baixa estatura, dentre esses, os anões				
	Profissional para acompanhar o idoso				
ESPECIFICAM ENTE NO BANHEIRO	Campinha em caso de emergência				
	Barras de apoio ao redor do vaso sanitário				
	Indicação em braile				

	Piso anti-derrapante				
	Tamanho adequado para circulação de cadeirantes				
	Pia e espelho em altura acessíveis				
	Outros. Quais? _____				
	Sinalização visual				
ESPECIFICAM ENTE NAS SAÍDAS DE EMERGÊNCIA	Sinalização tátil (no piso)				
	Sinalização sonora				
	Sinalização vibratória (para limitação auditiva)				
	Assentos acessíveis próximos a rota de fuga				

BLOCO D: DIVULGAÇÃO DA ADAPTAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

1. O estabelecimento possui endereço eletrônico na web?

() Sim. Qual? _____

() Não.

2. No seu endereço na web há indicação se o estabelecimento é adaptado para receber P.DM.R.?

Se sua resposta foi NÃO, qual o motivo?

Se sua resposta foi SIM, há menção na internet/web de que o seu estabelecimento é devidamente adaptado para algum tipo de deficiência específica (motora, visual, auditiva)?

3. Há outros veículos de comunicação utilizados para divulgar que o estabelecimento é adaptado? Quais?

BLOCO E: P.D.M.Rs COMO SEGMENTO DE MERCADO/CLIENTES EM POTENCIAL

1. Como você observa a procura de P.D.M.Rs pelo estabelecimento (famílias com parentes P.D.M.Rs ou amigos)?

2. Com base em sua resposta à pergunta 1 desse bloco, por qual motivo você acha que as P.D.M.Rs e suas famílias procuram o seu estabelecimento?

2. Como você considera a relação entre as suas instalações adaptadas e a procura das P.D.M.Rs pelo seu estabelecimento? O fato do seu estabelecimento ser adaptado tem aumentado a demanda desse público? Ou se fosse adaptado, aumentaria essa demanda das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida? Quais as suas ponderações a respeito?

3. Você considera a adaptação do estabelecimento importante para o bom atendimento? Por quê?

4. Existe uma preocupação em permitir que todos (pessoas com ou sem deficiência) usufruam de todos os serviços prestados pelo estabelecimento? Por quê?
